



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 UASG 926310 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0012/2026 TIPO: "MENOR PREÇO"			
Data de Abertura: 20/02/2026 11h00	Sist. Reg. Preços: () Sim (x) Não	Exclusiva ME/EPP: () Sim () Parcial (x) Não	Reserva de quota ME/EPP: () Sim (x) Não
Setor Requisitante: Seção de Manutenção Geral – SMG			
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento, instalação, integração, testes, comissionamento e assistência técnica de sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no edifício sede do CREMESP, contemplando todos os pavimentos, conforme projeto executivo anexo, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra especializada, adequações civis e elétricas necessárias, automação e controle centralizado do sistema, bem como a desativação e destinação ambientalmente adequada dos sistemas existentes, visando à modernização da infraestrutura, à melhoria da eficiência energética e à garantia de desempenho operacional e conforto ambiental..			
Valor Total Estimado: R\$ 4.068.387,32	Vistoria: (x) Facultativa () Não se aplica	Apresentação de Amostra: () Sim (x) Não	Vigência 12 (doze) meses
Prazo para envio de proposta: A partir da publicação do Edital			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações: Até 13/02/2026 Enviar ao seguinte endereço eletrônico: licitacao@cremesp.org.br Recomenda-se a confirmação do recebimento por telefone: (11) 4349-9908			Modo de Disputa () Fechado () Aberto (X) Aberto e Fechado
Local de Fornecimento: Conforme item 7 do Projeto Básico		Garantia Contratual: Conforme item 22 do Projeto Básico	
Habilitação Conforme item 10 do Edital.		Formalização da Contratação Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis , contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato .	
Tipo de Julgamento Menor Preço			
Exigência de Balanço e demais Demonstrações contábeis () Sim (x) Não	Exigência de Planilha de Composição de Custos (x) Sim () Não	Intervalo Mínimo Entre os Lances 0,10%	
Dotação Orçamentária As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o exercício de 2026, na seguinte classificação: PROJETO 15.019 - AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO, REFERENTE À CONTA CONTÁBIL Nº 6.2.2.1.2.44.90.51.003 – INSTALAÇÕES SEDE.			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Cremesp pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando as opções de consulta adequadas. Código Compradora – UASG: nº 926310.			

Rua Luís Coelho, nº 26
CEP: 01309-900 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3631-5242 / licitacao@cremesp.org.br
www.cremesp.org.br



SUMÁRIO

1. DA SESSÃO PÚBLICA	XXX
2. DO OBJETO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE SUA DEFINIÇÃO	XXX
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	XXX
4. DO REGISTRO INICIAL DA PROPOSTA DE PREÇOS	XXX
5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	XXX
6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	XXX
7. DA FASE DE DISPUTA	XXX
8. DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA.....	XXX
9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	XXX
10. DA HABILITAÇÃO	XXX
11. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS	XXX
12. DAS DESCONEXÕES.....	XXX
13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	XXX
14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	XXX
15. DAS PENALIDADES DO CERTAME.....	XXX
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	XXX
17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	XXX
18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	XXX
19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	XXX
20. DA VISTORIA.....	XXX
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	XXX
22. DO FORO	XXX
ANEXO I PROJETO BÁSICO	XXX
ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	XXX
ANEXO III MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.....	XXX
ANEXO IV DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA	XXX
ANEXO V DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL E DAS PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO	XXX



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026

UASG 926310

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0012/2026

TIPO: "MENOR PREÇO"

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREMESP, autarquia federal, instituída pela Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sob o regime de execução indireta, com critério de julgamento baseado no **MENOR PREÇO**.

1. DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A sessão pública será realizada através do sítio de compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.compras.gov.br, e terá início às **11h00 (onze horas)** no horário oficial de Brasília/DF, do dia **20/02/2026**.

2. DO OBJETO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE SUA DEFINIÇÃO

2.1. **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento, instalação, integração, testes, comissionamento e assistência técnica de sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no edifício sede do CREMESP, contemplando todos os pavimentos, conforme projeto executivo anexo, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra especializada, adequações civis e elétricas necessárias, automação e controle centralizado do sistema, bem como a desativação e destinação ambientalmente adequada dos sistemas existentes, visando à modernização da infraestrutura, à melhoria da eficiência energética e à garantia de desempenho operacional e conforto ambiental.**

2.2. O presente Edital foi elaborado a partir das informações e elementos técnicos apresentados pelo setor requisitante, consolidados nos artefatos de planejamento da contratação, notadamente no Estudo Técnico Preliminar e no **Projeto Básico**. O conteúdo técnico desses documentos são de inteira responsabilidade do setor demandante, não cabendo ao pregoeiro proceder à sua reavaliação.

2.3. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov.br não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, **as propostas deverão atender fielmente às especificações dos serviços detalhados no Projeto Básico.**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Do Credenciamento

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

Rua Luís Coelho, nº 26

CEP: 01309-900 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3631-5242 / licitacao@cremesp.org.br

www.cremesp.org.br



3.1.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas para o cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.5. A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente pregão.

3.2. Da Participação

3.2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.3.1.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo (s).

3.3.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.



3.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.3.8.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.3.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU-Plenário).

3.3.12. Empresa que possua, entre seus sócios, servidor do Cremesp.

3.3.13. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham como sócios: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de agente público deste Conselho.

3.3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 3.3.3 e 3.3.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.15. O disposto nos **subitens 3.3.3 e 3.3.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4. DO REGISTRO INICIAL DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes registrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



DA DECLARAÇÃO DE ME/EPP

4.2. Apenas para as empresas que estejam enquadradas como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada (EPP), o sistema solicita previamente a declaração pelo fornecedor de que esse não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como de que não possui contratos com a Administração Pública cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.1. O tratamento diferenciado às ME e EPP, previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, segue aplicável às licitações e contratos regidos pela Lei n.º 14.133/2021, consoante o disposto no art. 4º da nova lei.

4.2.2. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.2.3. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

DO LANÇAMENTO DA PROPOSTA

4.3. Posteriormente, para fins de cadastramento inicial da **proposta eletrônica** no sistema Compras.gov.br a licitante deverá utilizar formulário específico disponível no Sistema do Compras.gov.br, o qual deverá ser enviado até a data e horário fixados para abertura da sessão pública (vide preâmbulo).

4.3.1. Deverão ser lançadas na tela de cadastro de proposta as seguintes informações:

- a. Valor Unitário ou Desconto;
- b. Valor Total;
- c. Marca, **se for o caso**
- d. Fabricante, **se for o caso**
- e. Modelo / Versão, **se for o caso**
- f. Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

4.3.2. Para serviços não será necessário informar marca, fabricante e modelo/versão.

4.3.3. A proposta de preços lançada eletronicamente no sistema Compras.gov.br será desclassificada se contiver qualquer elemento que possa identificar a licitante.

4.3.4. Em que pese o sistema trabalhar com até 4 (quatro) casas decimais após a vírgula, solicita-se que só utilizem 02 (duas), a fim de não inviabilizar os futuros pagamentos.

4.3.5. Os licitantes não poderão oferecer quantitativos inferiores aos máximos previstos no Projeto Básico.

4.3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



4.3.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.3.9. Quando houver necessidade de apresentação de planilha de composição de custos, independentemente do percentual de tributo inserido, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.10. A licitante (futuramente contratada) deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

4.3.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer quando for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.3.12. A proposta de preços terá validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

DAS DECLARAÇÕES GERAIS

4.4. Após o cadastramento da(s) proposta(s) de preços, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.4.2. Inexiste impedimento à sua habilitação e se compromete a informar a superveniência da ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

4.4.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.4.4. Está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.4.5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



ATENÇÃO

4.4.8. A primeira declaração que trata da manifestação de ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal e demais leis trabalhistas é obrigatória.

4.4.9. Caso o fornecedor não formalize as declarações **poderá ser inabilitado**, conforme aviso que será emitido pelo sistema.

4.5. Após a formalização das declarações o fornecedor poderá finalizar a inclusão da proposta, com a confirmação dos dados inseridos no sistema.

ATENÇÃO

4.6. No cadastramento da proposta para os critérios de julgamento menor preço e maior desconto o sistema solicitará o preenchimento dos dados da proposta, a formalização das declarações e a inclusão ao final, não há mais o campo para envio de documentos de habilitação. **Os documentos de habilitação serão solicitados apenas do licitante vencedor pelo agente de contratação ou comissão em momento adequado.**

4.7. A falsidade das declarações de que tratam os **itens 4.2 ou 4.4.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

DEMAIS INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase habilitatória anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

ATENÇÃO

4.16. Todas as propostas que constarem cadastradas no sistema, por ocasião da abertura do certame, implicarão anuência tácita de todos os dispositivos do edital, não podendo assim, haver desistência, salvo por motivo superveniente e justificadamente aceito pelo pregoeiro, sob pena de sujeição à conduta de **“NÃO MANUTENÇÃO DE PROPOSTA”**, conforme art. 155, inc. V, da Lei nº 14.133/2021.

5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, na data e horário de Brasília, previstos no preâmbulo deste Edital, via sistema eletrônico no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes será realizada exclusivamente através de troca de mensagens de texto, em campo próprio do sistema.

5.4. Compete ao licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, ficando responsável pelos eventuais ônus decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou pelo pregoeiro, ou de sua desconexão.

5.5. No julgamento da fase de aceitação de propostas e habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.6. O pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação (“chat”) disponível no sistema.

6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

6.1. O pregoeiro fará a análise das propostas apresentadas, tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e no Projeto Básico, e desclassificará aquelas em desconformidade com essas condições.

6.2. A desclassificação de proposta será registrada pelo pregoeiro no sistema, juntamente com a fundamentação da desclassificação.



6.3. São causas de possível desclassificação de proposta, dentre outras:

- a. oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexequível;
- b. apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c. oferta de bem ou serviço diverso do objeto da licitação;
- d. oferta de bem ou serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;

6.4. As propostas serão automaticamente ordenadas pelo sistema para fins de participação na fase de lances, observando-se o critério de julgamento do **MENOR PREÇO**, nos termos do **art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

7. DA FASE DE DISPUTA

7.1. A etapa competitiva será desenvolvida utilizando-se o **modo de disputa aberto e fechado**.

7.2. Nesse modo, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema, sendo imediatamente informados quanto ao recebimento e registro do valor consignado na sessão.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos em **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá **ser de 0,10% (dez centésimos por cento)**.

7.6. No curso da fase de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o ofertou.

7.7. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.8. Essa etapa de lances durará 15 (quinze) minutos e, após isso, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, o qual ocorrerá **automaticamente**, de forma aleatória pelo sistema, no **prazo de até 10 (dez) minutos**, quando então a recepção de lances estará encerrada.

7.8.1. Uma vez encerrada a recepção dos lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, juntamente com os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e **fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.1.1. No procedimento de que trata o subitem acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.8.2. Caso não haja pelo menos 3 (três) ofertas subsequentes com valores dentro do limite percentual acima citado, os autores dos melhores lances seguintes, na ordem classificatória, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e **fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.3. Na ausência de lance final e fechado, conforme subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem classificatória, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.8.4. Caso não haja licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.8.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

NO CASO DE DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

7.10. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8. DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA

8.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, **será efetivada a verificação automática**, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.2.2. A aplicação dos critérios de desempate previstos nos incisos II, III e IV do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 serão considerados inviáveis em caráter circunstancial, em razão da ausência de parametrização para esses fins.

8.2.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.2.3.1. Empresas brasileiras;

8.2.3.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.2.3.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.3. Em caso de empate remanescente após a aplicação dos critérios acima estabelecidos, o desempate ocorrerá por sorteio público, realizado por meio virtual em conformidade com o estabelecido na **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79/2024**.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro **realizará negociação** com a empresa licitante que tenha apresentado a menor proposta com vistas à obtenção de condições mais vantajosas, desde que restritas aos parâmetros do edital e observado o critério de julgamento.

9.1.1. A **negociação** será realizada por meio do sistema ("chat"), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.1.3. Caso a empresa perca a conexão ou não esteja conseguindo responder por algum outro motivo, deverá entrar em contato com nossa equipe de apoio através do número (11) 3631-5242 ou e-mail: licitacao@cremesp.org.br.

9.2. Não serão aceitas propostas cujos valores finais ofertados, ou seja, valores propostos pelas empresas após o encerramento da fase de lances e negociações, sejam superiores aos valores máximos unitários estimados, sobretudo quando a contratação se der por itens agrupados.

9.2.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

9.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, **acompanhada da Planilha orçamentária, contendo:**

a. Planilha Sintética Geral;

b. Planilha Sintética – 2º ao 4º Pavimento;

c. Planilha Sintética – 5º ao 7º Pavimento;

d. Planilha Sintética – 8º ao 10º Pavimento;



e. Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);

f. Cronograma Físico-Financeiro.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, **antes de findo o prazo.** (Art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.)

9.4.2. Caso a proposta não seja enviada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.4.3. Os custos constantes da proposta devem levar em conta todos os itens necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, equipamentos de proteção individual, ferramentas, insumos e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

VERIFICAÇÃO DE APTIDÃO DA EMPRESA

9.5. Recebida a proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.3** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.5.1. SICAF;

9.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 4.2** deste edital.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

9.8.1. Caso as informações fornecidas sobre o bem ou serviço sejam insuficientes para a verificação de sua conformidade, o pregoeiro poderá requisitar a complementação dos dados através da ferramenta de conversação ("chat") disponível no sistema.

9.8.2. O prazo para a complementação das informações requisitadas será definido pelo pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, **15 (quinze) minutos**, contado a partir da solicitação do pregoeiro.

9.8.3. O não atendimento da indagação solicitada nos **subitens 9.4.1 e 9.4.2** poderá acarretar a desclassificação da proposta.

9.8.4. Caso a contratação se refira a serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (DEMO), a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, serão utilizados acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração, os quais estarão indicados em anexo específico.

9.9. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Orçamentária NÃO caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10.1. No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, será considerado **indício** de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração; (IN SEGES/ME N° 73/2022 – Art. 33)

9.10.2. No caso de bens e serviços em geral, será considerado **indício** de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração. (IN SEGES/ME N° 73/2022 – Art.34)

9.10.3. A inexecuibilidade, nas hipóteses mencionadas nos itens anteriores, só será considerada após diligência do pregoeiro nos seguintes casos, que comprove:

9.10.3.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

9.10.3.2. Inexistência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo para tanto, apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.12. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.13. Erros no preenchimento da planilha **NÃO** constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.14. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros interpretativos, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas e desde que não firam a isonomia do certame.



9.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, **poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**

9.16. São causas de **possível** desclassificação de proposta após a fase de lances:

- a. Ofertas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- b. Oferta que não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- c. Oferta que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- d. Planilha de composição de custos, **quando exigida**, contendo erros insanáveis, demonstrando inexecuibilidade da contratação. Porém, antes dessa decisão, será oportunizado ao licitante a chance de reapresentação dessa planilha;
- e. O licitante que não aceitar reduzir o valor de sua proposta para o valor mais baixo por ele proposto para item idêntico de ampla ou de participação exclusiva;
- f. O licitante que não apresentar amostra(s) do(s) produtos, quando exigido;
- g. O licitante que demonstrar não estar acompanhando o certame, ensejando seu retardamento
- h. Proposta que contenha vício insanável ou ilegalidade.

9.17. Na hipótese de não aceitação da proposta, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Aceita a proposta de preços, o pregoeiro com sua equipe de apoio verificará a habilitação, que consistirá na verificação dos documentos abaixo, os quais poderão ser apresentados em original, ou cópia digitalizada.

10.1.1. JURÍDICA

- a. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- c. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;
 - b.1. Se dentro da validade, poderão ser apresentadas, em substituição a Certidão prevista na alínea “b”, separadamente, a Certidão referente à prova de regularidade perante a Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida pelo INSS, e a Certidão relativa à prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidões expedidas pela Procuradoria da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual OU municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - e.1. O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI já contém tais informações.
- f. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual OU Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos **estaduais OU municipais** relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda **Estadual OU Municipal** do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, nos termos do artigo 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria MTE nº 547, de 11 de abril de 2025.
 - h.1. Na hipótese de a certidão mencionada apresentar inconsistências ou estar em desacordo com a legislação aplicável, será instaurada diligência destinada ao esclarecimento da irregularidade constatada, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1930/2025 – Plenário).



10.1.2.1. Nos termos do §1º do art. 43, da LC nº 123/2006 alterada pela LC nº 147/14 e do art. 4º caput, e seu §1º do Decreto nº 8.538/15, se exigirá a comprovação da regularidade **fiscal e trabalhista (documentos indicados no subitem 10.1.2 deste Edital)** da microempresa e da empresa de pequeno porte somente para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação:

10.1.2.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.1.2.1.2. A **não regularização** da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a. Prova de negativa de falência, através de Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor do Tribunal de Justiça da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias**, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

a.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. A comprovação de aptidão técnica para o desempenho das atividades objeto desta licitação deverá observar as disposições e exigências estabelecidas no **Item 12 do Projeto Básico (Anexo I)**, que integra o presente edital para todos os fins.

a.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, os **atestados de capacidade técnica** apresentados deverão conter as seguintes informações:

a.1.1. Identificação completa da pessoa jurídica emitente, com razão social, CNPJ e endereço;

a.1.2. Nome completo, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado;

a.1.3. Identificação da empresa atestada, com razão social e CNPJ;

a.1.4. Descrição detalhada dos serviços efetivamente prestados, com especificação dos quantitativos, tipos de equipamentos e volumes de produção, quando aplicável;

a.1.5. Indicação do período de execução e/ou vigência contratual correspondente aos serviços atestado.



a.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ata, ou se decorrido pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

a.3. O licitante disponibilizará, **quando solicitado pelo pregoeiro**, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE, telefone e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

a.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

a.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

III. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.6. Não obstante todas as informações extraídas dos documentos enviados pela licitante, o pregoeiro, juntamente com sua equipe de apoio, se reserva no direito de realizarem outras diligências que se fizerem necessárias, sobretudo diligência na própria sede da licitante, no intuito de verificar a equipe de trabalho e logística de atendimento mínimo para a execução do contrato.

10.2. Os documentos de que tratam os **subitens 10.1.1 (JURÍDICA), 10.1.2 (REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA) e 10.1.3 (QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA)** não precisarão ser anexados no sistema se o licitante já estiver com seu cadastro junto ao SICAF **devidamente completo e atualizado, com a ressalva da eventual exigência dos índices pertinentes à análise econômico-financeira.**



10.2.1. Cabe ao licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sobretudo no tocante aos e-mails dos responsáveis pela empresa (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

10.2.1.1. Para fins de comunicação, notificação ou citação dos proponentes licitantes, serão utilizados os e-mails registrados no SICAF, sobretudo para contagem de prazos procedimentais ou processuais, não sendo válidas eventuais alegações de desconhecimentos ou nulidades de citações.

10.2.1.2. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá, dentre outras coisas, ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Como condição complementar da análise habilitatória, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.6.1. SICAF.

10.6.2. Cadastro do TCU de Licitantes Inidôneos; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA); Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e, Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – [LINK DE ACESSO \(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br\)](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

10.6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a



proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6.4. Constatada a existência de sanção ou outra ocorrência impeditiva, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

10.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS

11.1. Em caso de haver necessidade de envio de documento e/ou anexo por parte de empresa licitante, o pregoeiro fará a solicitação através da ferramenta de conversação (“chat”) disponível no sistema.

11.1.1. O envio de documentos/anexos será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

11.1.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato “PDF”, de modo a não permitir sua manipulação.

11.1.3. Sempre que houver mais de um documento a ser enviado, estes deverão ser compactados a fim constituírem apenas um arquivo de anexo.

11.1.4. O prazo para envio de proposta atualizada e documentos complementares será definido pelo pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação (“chat”) do sistema, **não sendo menor do que 2 (duas) horas**, contado a partir da convocação.

11.1.5. Não haverá possibilidade de envio de documentação por e-mail. Todos os documentos deverão ser inseridos pelo licitante no sistema do Compras.gov.br.

11.2. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do Cremesp, como das licitantes proponentes, somente deverá haver envio de proposta atualizada e eventuais documentos complementares ou faltantes por parte das licitantes, **quando for solicitado pelo pregoeiro**.

11.3. A rigor, não será exigido o envio de documentação original à sede do Cremesp, salvo se houver solicitação expressa do Pregoeiro para fins de diligência documental. Para tanto, os documentos digitalizados e anexados ao sistema deverão conter, de forma legível, todas as marcações, selos, assinaturas, códigos de autenticidade e demais elementos que permitam atestar sua veracidade e compatibilidade com os originais.

12. DAS DESCONEXÕES

12.1. Ocorrendo a desconexão do pregoeiro com o sistema, no curso da fase de lances, estes continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, se o sistema permanecer acessível aos licitantes.



12.2. Se a desconexão do pregoeiro persistir **por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa pelo sistema, e terá reinício somente após **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

12.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar **o contrato**, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



14.1.1. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial acima citado, a critério exclusivo do Cremesp, o contrato poderá ser encaminhado para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do seu recebimento.

14.1.1.1. No caso de encaminhamento do contrato por meio eletrônico, o prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura se iniciará após decorridos 3 (três) dias do envio da mensagem eletrônica, independentemente da confirmação do recebimento.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b. a justificativa apresentada seja aceita pelo Cremesp.

14.3. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

14.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais**, fica facultado ao Cremesp convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo **em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado**.

14.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.4, o Cremesp, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Cremesp caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

14.7.1. O previsto no dispositivo acima não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 14.6.

14.8. Será facultado ao Cremesp a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 14.4 e 14.6.

14.9. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

14.9.1. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

14.9.2. Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.



14.9.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o Cremesp deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.10. A empresa vencedora tem a responsabilidade de atualizar e manter atualizada a Seção de Licitações, Compras e Contratos do Cremesp acerca de seus dados cadastrais e eletrônicos de contato, sobretudo o endereço eletrônico, pois não poderá, de forma deliberada, **ALEGAR O NÃO RECEBIMENTO POR E-MAIL DE QUALQUER COMUNICAÇÃO OU CONVOCAÇÃO ENVIADA PELO CREMESP.**

15. DAS PENALIDADES DO CERTAME

15.1. Sem prejuízo das multas e demais cominações previstas no Projeto Básico e na Minuta da ata, o licitante cometerá infração administrativa, nos termos da lei, sempre que, **com dolo ou culpa:**

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, **não mantiver a proposta** em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado **dentro do prazo de validade de sua proposta**

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.4.1. Insere-se nessa conduta o licitante que, por ocasião do cadastramento de sua proposta no Portal de Compras Governamentais, declarar que atende os requisitos habilitatórios, e, posteriormente, demonstrar não possuir os documentos comprobatórios de sua declaração.

15.1.5. Fraudar a licitação

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada



15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções, o Cremesp levará em consideração:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. No tocante à penalidade de multa, ela será aplicada em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do **contrato, do grupo ou do item licitado**, conforme o caso, devendo ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3**, a multa será de 0,5% a 15%.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8**, a multa será de 1% a 30%.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente **no prazo de validade de sua proposta**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



15.9.1. Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato, ficarão sujeitos às sanções referidas no item 15.9.

15.10. Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo, garantindo o direito de defesa prévia ao licitante ou adjudicatário/contratado.

15.10.1. O prazo para apresentação de defesa prévia e de eventual indicação de provas a serem produzidas é de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data da intimação pelo Cremesp.

15.10.2. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.10.3. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.10.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.11. As sanções serão processadas pela **Comissão de Apuração de Aplicação de Penalidades – CAAP**, e propostas aos seguintes responsáveis:

15.11.1. De advertência, multa (inclusive moratória) e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo Diretor 1º Secretário do Cremesp.

15.11.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pela presidência do Cremesp.

15.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** ou solicitar **esclarecimentos** ao ato convocatório deste pregão, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico: licitacao@cremesp.org.br.

16.2. Caberá ao pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação ou responder aos esclarecimentos, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, a contar do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. Acolhida a impugnação, será fixada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

16.5. Caso haja alguma dificuldade na visualização dos avisos, esclarecimentos ou impugnações publicadas, o proponente poderá optar por uma das formas abaixo:



- a. Acessar o [Portal da Transparência do Site Oficial do CREMESP](#);
- b. [Acessar o link direto para o Portal do Compras.gov.br](#);
- c. Seguir o passo a passo do Portal do Compras.gov.br:
 - 1. <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>
 - 2. Pregões > Agendados
 - 3. Inserir apenas: Unidade Compradora (**926310**) e Número da Compra (**900032026**) e depois, clicar em “Pesquisar”.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, através da ferramenta “chat” e quadro de avisos, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. A adjudicação do objeto licitatório ao licitante vencedor, bem como a subsequente homologação do procedimento licitatório, serão realizados pela autoridade competente.

18.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 A Garantia de execução deverá observar as disposições e exigências estabelecidas no **Item 22 do Projeto Básico (Anexo I)**, que integra o presente edital para todos os fins.

20. DA VISTORIA

20.1. A realização da vistoria observará integralmente as disposições e condições estabelecidas no Item 8 do Anexo I – Projeto Básico.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



21.1. É facultado ao pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em quaisquer fases da licitação, a diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. A apresentação de proposta, bem como qualquer lance emitido na fase de disputa de preços implica aceitação plena e total das condições deste edital e seu anexo.

21.3. Faz parte integrante deste edital os anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL E DAS PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

21.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos, registro de avisos, esclarecimentos, impugnações, recursos, julgamentos, entre outras, serão divulgadas no [Portal de Compras Governamentais](#) e no site [Oficial do CREMESP](#), observadas as regras do referido sistema.

21.4.1. As empresas interessadas e os licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

21.4.2. Em caráter complementar, as informações referidas no **item 16** poderão ser divulgadas, também, no sítio do CREMESP na internet: www.cremesp.org.br > [Transparência](#) > [Portal da Transparência](#) > [Licitações](#) > [Licitações](#)

21.4.3. Essas informações também poderão ser obtidas no CREMESP, sito a Rua Frei Caneca nº 1.282, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01.307-002.

21.5. Esta licitação poderá ser suspensão, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às **23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos)** do dia do vencimento do prazo. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

22. DO FORO

22.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 21 de janeiro de 2026.

CYNTHIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA
Chefe da Seção de Licitações, Compras e Contratos



ANEXO I **PROJETO BÁSICO**

SEÇÃO RESPONSÁVEL: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO GERAL

TIPO: SERVIÇO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento, instalação, integração, testes, comissionamento e assistência técnica de sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no edifício sede do CREMESP, contemplando todos os pavimentos, conforme projeto executivo anexo, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra especializada, adequações civis e elétricas necessárias, automação e controle centralizado do sistema, bem como a desativação e destinação ambientalmente adequada dos sistemas existentes, visando à modernização da infraestrutura, à melhoria da eficiência energética e à garantia de desempenho operacional e conforto ambiental.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação mostra-se necessária para atender à demanda de modernização e adequação do sistema de climatização do edifício sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – Cremesp, localizado na cidade de São Paulo, onde são desenvolvidas atividades administrativas, institucionais e de atendimento ao público, envolvendo servidores, conselheiros, colaboradores e visitantes, distribuídos ao longo de 10 (dez) pavimentos. O sistema atualmente instalado encontra-se obsoleto, com mais de 20 (vinte) anos de operação, apresentando limitações técnicas, elevado consumo energético, maior incidência de falhas e custos crescentes de manutenção, além de não atender plenamente às exigências normativas, operacionais e ambientais vigentes.

2.2. O quantitativo demandado decorre diretamente do Projeto Executivo previamente desenvolvido, o qual considerou a área construída, a ocupação dos ambientes, as cargas térmicas por pavimento, a setorização necessária para o controle eficiente da climatização e a substituição integral do sistema existente, de modo a assegurar desempenho uniforme, conforto térmico adequado e continuidade operacional em todo o edifício. Assim, o quantitativo não foi definido de forma estimativa ou genérica, mas tecnicamente dimensionado com base em critérios de engenharia, memoriais de cálculo e compatibilidade com a infraestrutura predial.

2.3. A demanda possui caráter estrutural e não periódico, uma vez que se refere à implantação de um novo sistema de climatização, com expectativa de vida útil prolongada, sendo a contratação realizada de forma pontual. Todavia, os efeitos da contratação são permanentes, refletindo-se na melhoria contínua das condições de trabalho, do atendimento ao público, da eficiência energética e na redução de custos operacionais ao longo do ciclo de vida do sistema.



2.4. As características técnicas exigidas para os materiais, equipamentos e serviços decorrem da necessidade de adoção de solução tecnologicamente atual, energeticamente eficiente e compatível com as condições físicas do edifício, destacando-se o sistema do tipo VRF, que permite controle individualizado por zonas, maior eficiência energética, menor impacto ambiental, eliminação do uso de torres de resfriamento e redução do consumo de água, além de facilitar a operação e a manutenção. Tais características não configuram restrição indevida à competitividade, mas decorrem de critérios técnicos objetivos indispensáveis ao atendimento do interesse público e à adequada solução da necessidade identificada.

2.5. Quanto à forma de contratação, entende-se como mais vantajosa a contratação do objeto de maneira integrada, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, a execução dos serviços, a integração dos sistemas, os testes e o comissionamento. Embora haja divisibilidade técnica por pavimento, o parcelamento em itens ou contratos distintos poderia comprometer a interoperabilidade do sistema, a padronização dos equipamentos, a eficiência do controle centralizado e a responsabilização técnica, além de elevar os custos administrativos e operacionais. A contratação em grupo único favorece a economia de escala, a simplificação da gestão contratual e a garantia de desempenho global do sistema, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

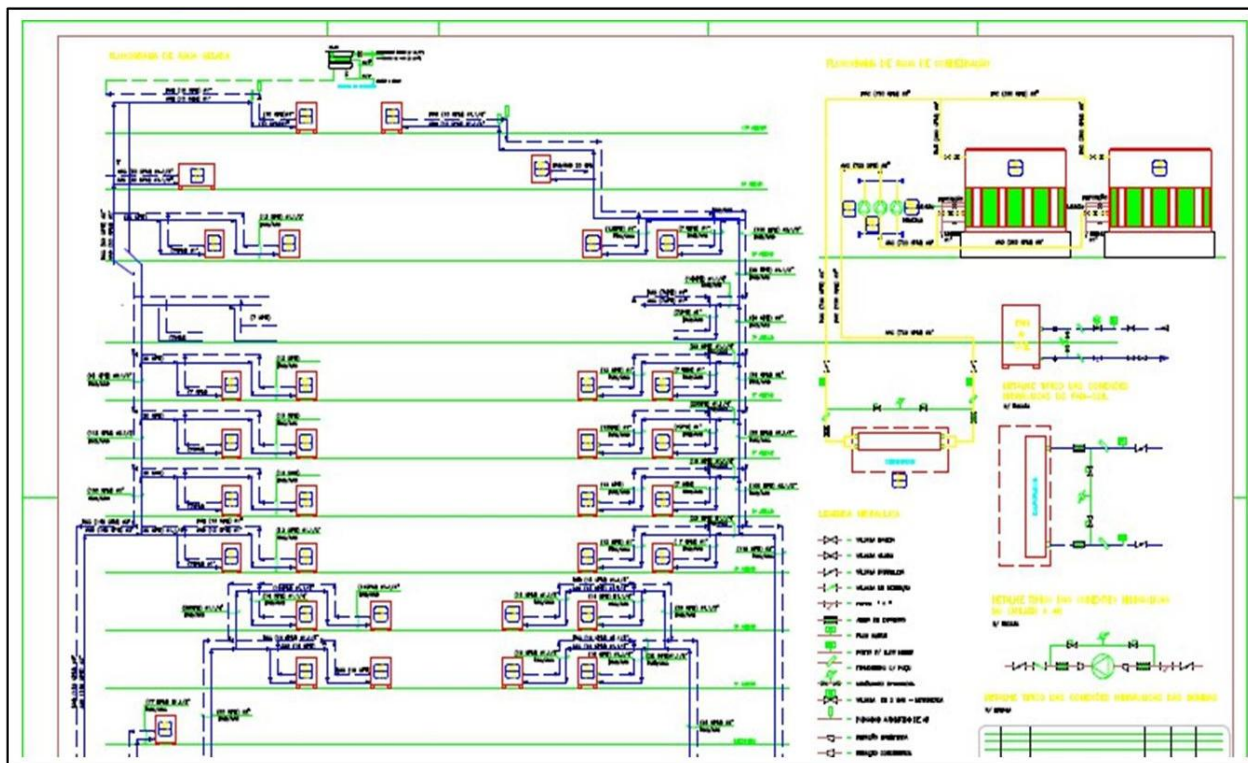
3.1. O sistema de climatização atualmente instalado no edifício sede do CREMESP é do tipo Central de Água Gelada, composto por chiller, torres de resfriamento e bombas de circulação de água gelada e de condensação. Os pavimentos dispõem de duas casas de máquinas laterais, onde se encontram instaladas as unidades terminais do tipo fan-coil, responsáveis pela climatização dos ambientes internos.

3.1.1. Equipamento Central

- a.** 01 (um) Chiller Carrier, com capacidade nominal de 225 TR, instalado no 2º subsolo, operando em regime normal com potência aproximada de 791 kW;
- b.** 03 Bombas de Água Gelada;
- c.** 03 Bombas de Água de Condensação;
- d.** 02 (duas) torres de resfriamento da marca Semco, com capacidade de 105 TR cada, localizadas no pavimento térreo, fabricante SEMCO BAC, modelo VXT-120, série 978137, vazão de 91,5 m³/h, tensão 380–660 V, frequência 60 Hz, acionadas por correia B68;
- e.** Unidades terminais do tipo Fan-Coil, instaladas nos 10 (dez) pavimentos do edifício, dotadas de serpentinas em cobre/alumínio e ventiladores, responsáveis pela climatização dos ambientes, com capacidades individuais variando entre 5 e 10 TR, totalizando 22 (vinte e duas) unidades;
- f.** Torres de Resfriamento Semco: duas unidades evaporativas destinadas à dissipação do calor do condensador, com consumo estimado entre 20 e 30 m³/dia de água, decorrente dos processos de evaporação e purga do sistema.



3.1.2. Fluxo atual - Chiller Central:



Arquivo: Chiller.dwg.JPG

3.2. Base Técnica, Projeto Executivo e Orçamento.

3.2.1. Este Projeto Básico fundamenta-se no Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas e Planilhas Orçamentárias, elaborados pela empresa Wind Service Ltda., os quais integram este instrumento como ANEXOS TÉCNICOS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA, para todos os fins legais.

3.2.2. O Projeto Executivo estabelece, de forma detalhada, os parâmetros técnicos da solução adotada, incluindo, entre outros:

- Capacidade térmica global equivalente a aproximadamente 225 TR;
- Sistema VRF com tecnologia Inverter, eficiência energética mínima compatível com SEER ≥ 20 ;
- Atendimento às normas ABNT NBR 16401, ASHRAE aplicáveis e demais legislações técnicas e ambientais;
- Utilização de fluido refrigerante R-410A ou equivalente de baixo impacto ambiental, conforme definido no projeto.

3.2.3. O orçamento estimado para a execução integral do objeto é de **R\$ 4.068.387,32**, conforme planilha orçamentária integrante dos anexos, a qual contempla, no mínimo:

- Fornecimento de equipamentos principais e acessórios;
- Serviços de instalação, montagem, testes, balanceamento e comissionamento;
- Adequações civis, elétricas e de automação;
- Desmobilização do sistema existente e logística reversa;
- Treinamento operacional e entrega de documentação técnica.



3.3. Solução técnica adotada.

3.3.1. O projeto prevê a **substituição completa** do sistema de climatização existente — composto por chiller, fan-coils e torres de resfriamento — por **sistema VRF**, com unidades evaporadoras e condensadoras modulares distribuídas (linha Set-Free e Side-Smart, Hitachi — Johnson Controls ou equivalentes), controle termo-higrométrico individualizado por ambiente e sistema de supervisão e controle centralizado.

3.3.1.1. O detalhamento técnico do objeto desta contratação é aquele integralmente definido no Projeto Executivo elaborado pela empresa WIND SERVICE Ltda., o qual passa a integrar o presente Termo de Referência como ANEXO TÉCNICO E DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, para todos os fins e efeitos legais.

3.3.1.2. O Projeto Executivo é composto, entre outros, pelos seguintes arquivos técnicos, que deverão ser obrigatoriamente observados e integralmente atendidos pela CONTRATADA durante a execução contratual:

00 - MO.HVAC.CREMESP.00 – Planilha de Composição, Curva ABC de Serviços (Geral), Planilha Sintética (Geral), Planilha Sintética (2° ao 4° pavimento), Planilha Sintética (5° ao 7° pavimento), Planilha Sintética (8° ao 10° pavimento), Cálculo do BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Pesquisa de Mercado, Insumos;

01 - CES.HVAC.CREMESP.00 – Encargos sociais sobre a mão de obra;

01.A - Condensadoras - Side-Smart Hitachi I Johnson Control's – Catálogo sistema VRF - Condensadoras;

01.B - Evaporadoras e Controles - Set-Free Hitachi I Johnson Control's – Catálogo sistema VRF – Evaporadoras e Controles;

02.A - Ventiladores de Ar Externo (Maxx Ion) - Sicflux – Catálogo;

02.B - Caixas de Filtragem (Filbox Red - Maxx Ion) - Sicflux – Catálogo;

02.C - Ventiladores de Ar Externo (ACI) I Sicflux – Catálogo;

02.D - Caixas de Filtragem (Filbox Red - ACI) – Sicflux – Catálogo;

03 - Acessórios – Sicflux – Catálogo

04 - Damper's de Regulagem – Trox – Catálogo

05 -Dutos Semi-Rígidos – Sicflux – Catálogo

06 -Sensores de CO2 – Sicflux – Catálogo

MD.HVAC.CREMESP.00 – Memorial Descritivo

PE.HVAC.CREMESP.00.dwg

PE.HVAC.CREMESP.01 – Planta Baixa do 2° e 3° Pavimento

PE.HVAC.CREMESP.02 – Planta Baixa do 4° e 5° Pavimento

PE.HVAC.CREMESP.03 – Planta Baixa do 6° e 7° Pavimento

PE.HVAC.CREMESP.04 – Planta Baixa do 8° e 9° Pavimento

PE.HVAC.CREMESP.05 – Planta Baixa do 8° e 9° Pavimento

PE.HVAC.CREMESP.06 – Detalhes gerais de execução

PE.HVAC.CREMESP.07 – Projeto de fabricação do painel QF-AC-01

PE.HVAC.CREMESP.08 – Projeto de fabricação do painel QF-AC-02

PE.HVAC.CREMESP.09 – Projeto de fabricação dos painéis QF-CM (Parte 01/02)

PE.HVAC.CREMESP.10 – Projeto de fabricação dos painéis QF-CM (Parte 02/02)

PE.HVAC.CREMESP.11 – Fluxogramas frigoríficos – Circuitos UC-01/02/03

PE.HVAC.CREMESP.12 – Fluxogramas frigoríficos – Circuitos UC-04/05/06

PE.HVAC.CREMESP.13 – Fluxogramas elétricos – Circuitos UC-01/02/03

PE.HVAC.CREMESP.14 – Fluxogramas elétricos – Circuitos UC-04/05/06 e C.C.



3.3.1.a. Todos os serviços, fornecimentos, especificações técnicas, quantitativos, métodos executivos, critérios de desempenho, materiais, equipamentos e procedimentos de instalação, testes e comissionamento deverão obedecer rigorosamente ao conteúdo dos arquivos acima relacionados, prevalecendo, em caso de divergência, o disposto no Projeto Executivo e em seus anexos técnicos.

3.3.1.b. Eventuais omissões, inconsistências ou necessidades de ajustes identificadas durante a execução deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATANTE, para análise conjunta com o autor do projeto, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa autorização.

4. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A vigência do contrato será de **12 meses** a partir da assinatura, com possibilidade de prorrogação, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A execução do objeto deverá observar o cronograma físico-financeiro constante do arquivo 00 – MO.HVAC.CREMESP.00, integrante do Projeto Executivo, o qual estabelece o prazo global de até 300 (trezentos) dias para a conclusão dos serviços.

4.1.2. A execução será realizada de forma gradual e sequencial, conforme previsto no Projeto Executivo, respeitando a programação por pavimento e de modo a assegurar a continuidade das atividades administrativas do CREMESP.

4.1.3. Eventuais prorrogações dos prazos de execução somente serão admitidas quando devidamente justificadas e formalmente reconhecidas pela CONTRATANTE, nas hipóteses abaixo elencadas, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável:

- a.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade as partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- b.** acréscimo quantitativo do objeto originalmente contratado, formalizado por meio de termo aditivo ou instrumento equivalente;
- c.** impedimento de execução do contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pelo Cremesp em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- d.** omissão ou atraso de providências a cargo do Cremesp, que resulte diretamente em impedimento ou em retardamento na execução do objeto.

4.1.4. A concessão de prorrogação de prazo ficará condicionada à comprovação do nexo causal entre o evento alegado e o atraso verificado, bem como à inexistência de culpa da CONTRATADA, observado o interesse público.

5. DA GARANTIA DO OBJETO

5.1. Assim como estipulado no projeto (MD.HVAC.CREMESP.00), a CONTRATADA deverá fornecer garantia para todos os equipamentos e componentes da instalação, com duração mínima de um (01) ano a contar da data do início real (recebimento definitivo) da operação, aceito pela CONTRATANTE e/ou sua fiscalização, garantido a integridade dos equipamentos à serem instalados e seus respectivos componentes (mecânicos, elétricos e eletrônicos) internos, estando a validação/efetivação desta vinculada a contrato de manutenção à ser firmado entre a CONTRATANTE e empresa terceira credenciada, imediatamente após o aceite definitivo da instalação objetivada neste projeto básico.



6. DA AMOSTRA DOS ITENS

6.1. Não será exigida apresentação de amostras.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO

7.1. Os serviços serão executados na Sede do Cremesp, na Rua Frei Caneca, nº 1.282, Consolação, CEP: 01307-002 - São Paulo/SP, Telefone: (11) 4349-9900.

8. DA VISTORIA

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, **recomenda-se fortemente** que o licitante realize vistoria técnica na localidade SEDE (Rua Frei Caneca, 1282, Consolação – SP), sendo tal recomendação justificada pelas seguintes especificidades técnicas do objeto:

8.1.1. A recomendação de vistoria técnica justifica-se pelas **especificidades técnicas e operacionais do objeto**, notadamente em razão da complexidade da substituição do sistema de climatização existente, abrangendo avaliação in loco das condições físicas, interferências e particularidades do edifício, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

a. Avaliação da Infraestrutura Física: Verificação das condições estruturais dos pavimentos, casas de máquinas, áreas técnicas, shafts, lajes, forros e locais destinados à instalação de unidades evaporadoras e condensadoras, bem como das condições de acesso para transporte, içamento e movimentação de equipamentos;

b. Análise da Infraestrutura Elétrica, Mecânica e Civil Existente: Avaliação das instalações elétricas disponíveis, capacidade dos quadros de força, trajetos de eletrodutos, dutos e tubulações existentes, sistemas de drenagem, bem como das adequações civis necessárias, conforme previsto no Projeto Executivo;

c. Alinhamento Técnico com o Sistema Atual: Conhecimento das características do sistema atualmente em operação, incluindo chiller, fan-coils, torres de resfriamento e suas interligações, permitindo melhor planejamento das atividades de desmobilização, substituição gradual e integração com o novo sistema VRF, de modo a preservar a continuidade das atividades do CREMESP;

d. Avaliação do Ambiente Operacional: Identificação das condições de uso dos ambientes administrativos, fluxos de pessoas, restrições de horário, áreas sensíveis e necessidade de execução faseada por pavimento, visando à minimização de impactos durante a execução dos serviços.

8.2. Em conformidade com o disposto no art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, o licitante poderá optar por uma das seguintes alternativas para atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação:

8.2.1. OPÇÃO 1 – Realização de Vistoria Técnica Presencial:

a) A vistoria será acompanhada por servidores designados para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, devendo os agendamentos ser efetuados previamente pelo e-mail smg@cremesp.org.br;

b) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;



c) A vistoria será comprovada por **Atestado de Vistoria** assinado pelo servidor responsável da Seção de Manutenção Geral, o qual deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação.

8.2.2. OPÇÃO 2 – Apresentação de Declaração Formal:

a. O licitante poderá substituir a vistoria presencial por **Declaração Formal**, assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

b. A declaração deverá conter, minimamente:

b.1. Identificação completa da empresa licitante (razão social e CNPJ);

b.2. Identificação e qualificação do responsável técnico signatário;

b.3. Declaração expressa de que o responsável técnico tem pleno conhecimento das condições locais, infraestrutura física, lógica e elétrica, requisitos técnicos do sistema de bilhetagem, ambiente tecnológico e demais especificidades técnicas necessárias à execução do objeto;

b.4. Declaração de que a empresa assume inteira responsabilidade pela elaboração de sua proposta e execução do contrato, não podendo alegar desconhecimento das condições do local ou de qualquer circunstância que possa influenciar na execução dos serviços;

b.5. Local, data e assinatura do responsável técnico.

c. A declaração deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação.

8.3. O licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, **um dos documentos previstos nos subitens 8.2.1 ou 8.2.2** (Atestado de Vistoria ou Declaração Formal), sob pena de inabilitação.

8.4. A não realização da vistoria presencial, com a consequente apresentação de declaração formal de conhecimento das condições locais, não poderá ser invocada como justificativa para:

a. Alegação de desconhecimento de fatos supervenientes;

b. Solicitação de prorrogação de prazos de execução;

c. Requerimento de alterações de preços ou condições contratuais;

d. Apresentação de qualquer reclamação posterior relacionada às condições de execução do objeto.

8.5. O licitante que optar pela vistoria presencial terá assegurado o direito de realizá-la em data e horário individualizados, devendo o CREMESP disponibilizar agendamentos distintos para os eventuais interessados, conforme disposto no art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Independentemente da opção escolhida (vistoria presencial ou declaração formal), o licitante será considerado conhecedor de todas as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento que possam ensejar solicitações de acréscimos nos preços propostos ou pedidos de prorrogação de prazos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. No caso de fornecimento do objeto, as despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o exercício de **2026**, na seguinte classificação: **Instalações Sede, referente à Conta Contábil nº 6.2.2.1.2.44.90.51.003**, pertencente ao **projeto 15.019 - automação do sistema de ar condicionado**.



10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.** Disponibilizar acesso às dependências e instalações necessárias à execução dos serviços, bem como às vistorias, inspeções e testes.
- 10.2.** Designar formalmente Gestor e Fiscal do contrato, competindo-lhes acompanhar a execução, solicitar ajustes, validar testes, medições e demais verificações técnicas, bem como emitir os termos de recebimento provisório e definitivo.
- 10.3.** Fornecer à CONTRATADA as informações técnicas, projetos, diretrizes e documentos sob sua responsabilidade, incluindo o Projeto Executivo da Wind Service Ltda., quando aplicável.
- 10.4.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 10.5.** Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, os esclarecimentos e informações necessárias à adequada execução do objeto, desde que formalmente solicitados.
- 10.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 10.7.** Notificar a empresa contratada, por escrito, qualquer ocorrência considerada irregular, bem como qualquer defeito ou imperfeição na prestação de serviço.
- 10.8.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 10.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subcontratados.
- 10.10.** Efetuar o pagamento devido pela prestação de serviço, no prazo estabelecido neste instrumento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 10.11.** Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Projeto Básico, no edital e na legislação vigente
- 10.12.** Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado, que venham a ser solicitadas pelos técnicos da CONTRATADA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Edital, seus Anexos, da proposta apresentada, do contrato e do Memorial Descritivo – Arquivo MD.HVAC.CREMESP.00, os quais passam a integrar o contrato como obrigações indissociáveis, assumindo, exclusivamente, os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.
- 11.2.** Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer prazos ou a execução contratual, apresentando a devida justificativa técnica e documental.
- 11.3.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.4.** Indicar e manter preposto formalmente designado, com poderes para representá-la perante a Administração durante toda a execução contratual.
- 11.5.** Responsabilizar-se por todos os ônus, custos e despesas relacionados à execução do objeto, incluindo transporte, fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros.



11.6. Colocar à disposição da contratante todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos serviços executados, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências deste Projeto Básico.

11.7. Manter seus empregados devidamente identificados, mediante uso de crachá com fotografia recente, bem como capacitados para o desempenho das atividades.

11.8. Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e penal por danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público ou privado, decorrentes da execução do contrato.

11.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Administração e as de Segurança e Medicina do Trabalho.

11.10. Relatar imediatamente à fiscalização do contrato qualquer irregularidade, risco ou condição insegura observada nas instalações.

11.11. Exigir e fiscalizar o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual – EPI por seus empregados e subcontratados, quando aplicável.

11.12. Substituir imediatamente, sempre que exigido pela administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratante ou ao interesse do serviço público, ou ainda entendida como inadequada para prestação de serviços.

11.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.15. Disponibilizar, durante toda a execução contratual, equipe técnica compatível com a complexidade do objeto, incluindo, quando aplicável, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico e demais profissionais legalmente habilitados, especialmente para as fases de instalações elétricas, automação, integração de sistemas e comissionamento, conforme o Projeto Executivo da Wind Service Ltda.

11.16. Garantir a integração plena e funcional dos sistemas implantados com os sistemas existentes, conforme especificações técnicas do Memorial Descritivo e do Projeto Executivo.

11.17. Manter sigilo sobre todas as informações técnicas, operacionais e institucionais a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Para assegurar que a execução dos serviços contratados ocorra com qualidade, segurança, conformidade técnica e em estrita observância às normas aplicáveis, será exigida a comprovação de qualificação técnica da licitante. Essas exigências visam garantir que a empresa possua experiência comprovada e equipe técnica capacitada para elaborar os projetos executivos de engenharia e arquitetura de forma adequada às necessidades da Administração.



12.1.1. As condições mínimas de qualificação técnica a seguir descritas baseiam-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e compreendem tanto a **capacidade técnico-operacional da empresa**, quanto a **capacidade técnico-profissional**.

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (EMPRESA)

12.2. A licitante deverá apresentar, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica, acompanhado de respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o **fornecimento e instalação de sistemas VRF em edifícios comerciais ou institucionais, com capacidade mínima de 112,5 TR**, incluindo comissionamento com testes TAB (Teste, Ajuste e Balanceamento).

a.1. Os atestados devem conter as seguintes informações:

- a.1.1.** Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emitente;
- a.1.2.** Nome, cargo e telefone do signatário;
- a.1.3.** Descrição dos serviços prestados;
- a.1.4.** Prazo de vigência.

a.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ata, ou se decorrido pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

a.3. O licitante disponibilizará, **quando solicitado pelo pregoeiro**, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE, telefone e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

a.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

a.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

III. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.



a.6. Não obstante todas as informações extraídas dos documentos enviados pela licitante, o pregoeiro, juntamente com sua equipe de apoio, se reserva no direito de realizarem outras diligências que se fizerem necessárias, sobretudo diligência na própria sede da licitante, no intuito de verificar a equipe de trabalho e logística de atendimento mínimo para a execução do contrato.

DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL (CORPO TÉCNICO)

12.3. Para fins de qualificação técnica profissional, a licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, declaração formal informando que, em caso de contratação, disporá de responsável técnico legalmente habilitado, com formação em Engenharia Mecânica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo – CREA/SP.

12.3.1. A comprovação da capacitação técnico-profissional, incluindo a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT relativa à execução de serviços de características semelhantes ao objeto deste Projeto Básico, será exigida exclusivamente no momento da assinatura do contrato.

12.3.2. A CAT deverá demonstrar a execução de parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, compreendendo, no mínimo, instalação e comissionamento de sistemas de climatização do tipo VRF, com capacidade mínima de 112,5 TR.

12.3.3. A documentação a ser apresentada na fase de contratação deverá conter, no mínimo:

- a.** identificação do profissional responsável técnico;
- b.** número de registro ativo no CREA;
- c.** descrição das atividades técnicas efetivamente executadas.

12.3.4. A comprovação do vínculo entre a contratada e o responsável técnico, a ser apresentada na assinatura do contrato, poderá ser realizada por meio de:

- a.** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou ficha de registro de empregado;
- b.** contrato social, quando o profissional for sócio da empresa;
- c.** contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil; ou
- d.** Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada de sua expressa anuência.

12.4. Indicação e Substituição do Responsável Técnico

12.4.1. A contratada deverá indicar formalmente, no ato da assinatura do contrato, o responsável técnico pela execução dos serviços, cujo nome constará do instrumento contratual, assegurando que o profissional indicado participe efetivamente da execução do objeto, em conformidade com as exigências técnicas estabelecidas neste Projeto Básico.

12.4.2. A substituição do responsável técnico somente será admitida mediante justificativa formal, prévia anuência da Administração e comprovação de que o novo profissional possui qualificação técnica compatível à do profissional originalmente indicado, mediante apresentação de documentação comprobatória, incluindo CAT compatível e registro ativo no CREA, de modo a garantir a continuidade, a qualidade e a segurança da execução contratual.



13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Critério de Julgamento

13.1.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor total necessário à plena execução do objeto, conforme as condições estabelecidas neste Projeto Básico, no Projeto Executivo e nos demais documentos técnicos que integram o processo.

13.2. Bonificação e Despesas Indiretas – BDI

13.2.1. O preço global apresentado pelas licitantes deverá contemplar o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), compreendendo, no mínimo, os seguintes componentes: Administração Central (AC), Bonificação/Lucro (L), Despesas Financeiras (DF), Seguros e Garantias (SG), Riscos e Imprevistos (R) e Tributos (I), necessários à perfeita execução do objeto, em estrita conformidade com o Projeto Executivo e o Memorial Descritivo elaborados pela empresa Wind Service Ltda.

13.2.2. O BDI referencial indicado no Memorial Descritivo possui caráter exclusivamente orientativo, não constituindo limite mínimo ou máximo obrigatório. Caberá a cada licitante a definição de sua própria composição de BDI, assumindo integral responsabilidade pela exequibilidade dos preços ofertados.

13.2.3. A composição do BDI apresentada pela licitante deverá discriminar, de forma clara, objetiva e devidamente justificada, os percentuais incidentes sobre os componentes mencionados no item 13.2.1, observando, como fórmula de cálculo, aquela estabelecida no Acórdão TCU nº 2.622/2016 – Plenário.

13.2.4. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, planilha detalhada de composição do BDI, contendo a identificação dos componentes, os percentuais adotados e a memória de cálculo utilizada, de modo a permitir a verificação da compatibilidade dos preços com o objeto licitado.

13.3. BDI Referencial Adotado para Estimativa de Preços

(Arquivo: 00 – MO.HVAC.CREMESP.00 – “Cálculo do BDI”)

13.3.1. Para fins exclusivos de estimativa do custo da contratação, sem caráter vinculativo às propostas das licitantes, foram adotados os seguintes percentuais referenciais de BDI:

- a.** BDI para obras/reformas de edificações e serviços de engenharia: 28,71%;
- b.** BDI para fornecimento de materiais e equipamentos: 21,11%.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



14.5. Após a assinatura **do contrato** ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do Fiscal **do contrato**

14.6. A execução **do contrato** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) **do contrato**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.7. O fiscal **do contrato** acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o Cremesp, contemplando as seguintes atribuições:

- a. Anotar no histórico de gerenciamento **do contrato** todas as ocorrências relacionadas à execução **do contrato**, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- b. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução **do contrato**, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- c. Informar ao gestor **do contrato**, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- d. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução **do contrato** nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor **do contrato**. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- e. Comunicar ao gestor **do contrato**, em tempo hábil, o término **do contrato** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à sua prorrogação. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- f. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- g. Caso ocorra descumprimento das obrigações previstas **no contrato**, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor **do contrato** para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Do Gestor **do contrato**

14.8. O gestor **do contrato** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização **do contrato** contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento **do contrato**, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências e das alterações.

14.9. O gestor **do contrato** acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) **do contrato**, de todas as ocorrências relacionadas à execução **do contrato** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



14.10. O gestor **do contrato** acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

14.11. O gestor **do contrato** emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(s) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução **do contrato**, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

14.12. O gestor **do contrato** tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de Apuração e Aplicação de Penalidade - CAAP.

14.13. O gestor **do contrato** deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

14.14. O gestor **do contrato** deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos **do contrato**.

14.15. Fica designado como **GESTOR** do respectivo contrato o(a) Sr.(a) **Rafael Antônio Pena**, Chefe da Seção de Manutenção Geral; e como **FISCAL**, o(a) Sr.(a) **Roberto Germano Sanchez**, da Seção de Manutenção Geral.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. O objeto será recebido:

15.1.1. Provisoriamente, após vistoria completa realizada pelo Fiscal, **em até 10 (dez) dias úteis da entrega**, mediante emissão do **Termo de Recebimento Provisório**, quanto ao quantitativo, marca, especificações, garantia e prazo de entrega, com efeito de assumir a **entrega do serviço**, para fins de verificação do cumprimento de prazo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

15.1.1.1. Os custos de substituição dos serviços rejeitados correrão, exclusiva e totalmente, às expensas da contratada.

15.1.1.2. Os materiais, perdendo suas características ou deteriorando-se, estando esses dentro do prazo de validade ou tempo de vida útil, assim como em condições normais de estocagem, uso e manuseio, deverão ser trocados em prazo máximo a ser definido pelo Cremesp, contato a partir da comunicação formal, ficando por conta e ônus da contratada todas as despesas decorrentes da efetivação da troca.

15.1.1.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

15.1.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



15.1.1.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.1.1.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, **quando cabível**, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.1.2. Definitivamente, realizada pelo Gestor, **em até 15 (quinze) dias úteis** da emissão do Termo de Recebimento Provisório, envolvendo a verificação final **do serviço**, no tocante a qualidade, funcionamento, produtividade, cumprimento das especificações e obrigações estipuladas em edital e **contrato**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto quanto às eventuais garantias legais.

15.1.2.1. Para tanto, o gestor realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

15.1.2.1. Após isso, o gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (com ou sem ressalvas), do qual deverá ser encaminhada uma cópia ao contratado e outra à Seção de Contas a Pagar juntamente com a NF, já eventualmente redimensionada e demais documentos necessários.

15.2. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Nas hipóteses de retardamento ou de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defesa à contratada, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

16.2. A sanção de advertência pode ser aplicada nos casos de infrações mais leves, por ter caráter meramente pedagógico, podendo ser aplicada cumulativamente com a sanção de multa.

16.3. As multas previstas nos subitens seguintes poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.3.1. Multa por Atraso na Execução

a. 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global do contrato, limitada a 20 (vinte) dias, perfazendo o máximo de 3% do valor contratual.



b. Ultrapassado o limite de 20 (vinte) dias de atraso, **poderá ser caracterizada inexecução parcial**, a critério do CREMESP, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

16.3.2. Multa por Inexecução Parcial

16.3.2.1. Na hipótese de **inexecução parcial**, será aplicada multa correspondente a **15% (quinze por cento) do valor global do contrato**, sem prejuízo da obrigação de correção das falhas, da execução das parcelas remanescentes e da aplicação das demais sanções cabíveis, conforme a gravidade do caso.

16.3.2.2. Considera-se inexecução parcial do objeto a execução incompleta, defeituosa ou insuficiente de serviços, etapas ou sistemas essenciais previstos neste Projeto Básico, no Projeto Executivo ou no Memorial Descritivo, de modo que o objeto contratado não atinja plenamente sua finalidade funcional, ainda que haja execução de outras parcelas do contrato.

16.3.2.3. Caracterizam, exemplificativamente, inexecução parcial:

- a. a não execução integral das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, sem justificativa aceita pela Administração;
- b. a entrega de sistemas de climatização sem pleno funcionamento ou desempenho compatível com os parâmetros técnicos especificados;
- c. a não realização ou realização incompleta do comissionamento, testes, balanceamento (TAB) ou ajustes finais exigidos pelas normas aplicáveis;
- d. a ausência de integração do sistema implantado com os sistemas de automação e controle previstos no Projeto Executivo;
- e. a não entrega da documentação técnica obrigatória, incluindo projetos “as built”, manuais de operação, ARTs e certificados, quando tal ausência impedir a aceitação definitiva do objeto;
- f. a execução com desconformidades técnicas relevantes que comprometam a segurança, a eficiência energética ou a durabilidade do sistema, ainda que parte do objeto tenha sido executada.

16.3.3. Multa por Inexecução Total

16.3.3.1. Na hipótese de inexecução total da obrigação assumida, **será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, sem prejuízo:**

- a. da rescisão unilateral do contrato;
- b. da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, conforme o caso;
- c. da execução da garantia contratual;
- d. da responsabilização da contratada por perdas e danos, inclusive custos adicionais decorrentes da contratação de terceiros para a conclusão ou recomposição do objeto.

16.3.3.2. Considera-se inexecução total do objeto a não execução do contrato, a paralisação definitiva dos serviços, o abandono da obra ou a execução tão insuficiente ou defeituosa que inviabilize completamente o atingimento da finalidade pública pretendida, tornando o objeto inaproveitável para a Administração.

16.3.3.3. Caracterizam, exemplificativamente, inexecução total do objeto:



- a. o abandono da execução contratual, com interrupção injustificada dos serviços por prazo superior ao admitido pela Administração;
- b. a paralisação dos serviços sem autorização formal da fiscalização ou sem causa legítima reconhecida pela Administração;
- c. a recusa expressa ou tácita da contratada em dar continuidade à execução do contrato;
- d. a execução de forma tão deficiente, desconforme ou irregular que impeça o funcionamento, a aceitação provisória ou definitiva do sistema de climatização contratado;
- e. a não entrega do objeto ao final do prazo contratual, sem justificativa aceita pelo CREMESP;
- f. a reincidência de inexecuções parciais ou falhas graves que, avaliadas em conjunto, comprometam definitivamente a viabilidade técnica e operacional do objeto.

16.3.4. Multas por Infrações Específicas na Execução (por Etapa)

16.3.4.1. Será aplicada multa diária incidente sobre o valor da etapa afetada, conforme o grau da infração, observados os limites abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,25% ao dia sobre o valor da etapa de execução do objeto
2	0,5% ao dia sobre o valor da etapa de execução do objeto
3	0,75% ao dia sobre o valor da etapa de execução do objeto
4	1% ao dia sobre o valor da etapa de execução do objeto
5	1,25% ao dia sobre o valor da etapa de execução do objeto

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Deixar de indicar ou manter preposto ou responsável técnico durante a execução	01
2	Manter equipamentos defeituosos ou instalações em desacordo com o projeto ou normas técnicas	02
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por ocorrência.	02
4	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
5	Reincidir em descumprimento de cláusulas contratuais não especificadas nesta tabela	03
6	Fornecer equipamentos ou sistemas em desacordo com as especificações técnicas.	03
7	Não apresentar documentação ambiental obrigatória	03
8	Falha relevante na integração do sistema de climatização com o controle centralizado	04
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	04
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	05



16.4. O recolhimento das multas será feito da seguinte forma:

16.4.1. Dedução nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

16.4.2. Dedução na garantia contratual, **quando prevista**, e caso o valor da multa seja superior ao da garantia, desconto da diferença nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

16.4.3. Pagamento direto na conta do Cremesp, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por intermédio de boleto ou mediante depósito.

16.4.4. Cobrança judicial.

16.5. As multas cobradas não indenizam eventuais perdas e danos, os quais podem ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, desde que apurados em processo administrativo.

16.6. Sem prejuízo das multas previstas no edital e na Minuta do Contrato/ATA, nos termos do §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a licitante pode ser advertida ou impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, se incorrer em quaisquer das seguintes condutas:

- a.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b.** dar causa à inexecução total do contrato;
- c.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.6.1. O impedimento de licitar e contratar com a União produz descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores por igual período.

16.6.2. Na aplicação das sanções de que trata esse subitem, o CREMESP deve levar em consideração a gravidade da infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

16.7. A declaração de inidoneidade pode ser aplicada caso a CONTRATADA:

- a.** Cause prejuízo ao Cremesp por má-fé, ação maliciosa e premeditada;
- b.** Atue com interesses escusos;
- c.** Reincida em falhas punidas com outras sanções;
- d.** Sofra condenação definitiva por fraude fiscal, por meios dolosos, no recolhimento de quaisquer tributos referentes aos serviços de que trata o contrato;
- e.** Pratique ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- f.** Demonstre não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Cremesp, em virtude de ilícitos praticados;
- g.** Reproduza, divulgue ou utilize, sem consentimento prévio do Cremesp, qualquer informação a que tenha acesso em decorrência da execução do contrato/ata.

16.7.1. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade competente.



16.8. Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo, garantindo o direito de defesa prévia ao licitante ou adjudicatário/contratado.

16.8.1. O prazo para apresentação de defesa prévia e de eventual indicação de provas a serem produzidas é de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data da intimação pelo Cremesp.

16.8.2. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.8.3. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. As sanções serão processadas pela **Comissão de Apuração de Aplicação de Penalidades – CAAP**, e propostas aos seguintes responsáveis:

16.9.1. De advertência, multa (inclusive moratória) e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo Diretor 1º Secretário do Cremesp.

16.9.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pela presidência do Cremesp.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado de forma proporcional à efetiva execução do objeto, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado ou, alternativamente, outro cronograma que venha a ser apresentado pela CONTRATADA e formalmente analisado e aprovado pelo CREMESP.

17.1.1. O pagamento de cada etapa ficará condicionado à comprovação da execução correspondente, bem como à entrega e aprovação, pelo Gestor e/ou Fiscal do contrato, dos produtos técnicos previstos no memorial descritivo.

17.1.2. Após a aprovação formal da etapa executada, o pagamento será realizado no prazo de até 21 (vinte e um) dias corridos, contado a partir da apresentação da documentação fiscal válida pela CONTRATADA, compreendendo nota fiscal, nota fiscal simplificada, Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, fatura ou documento equivalente.

17.2. O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de depósito bancário, em conta indicada pela CONTRATADA.

17.3. Os valores indicados no contrato e no documento fiscal remuneram todos os elementos requeridos para a execução dos serviços, incluindo mão de obra, despesas de locomoção da equipe auditora da contratada, alimentação, todos os encargos trabalhistas, tributos e outras despesas inerentes à prestação dos serviços, constituindo-se assim, a única remuneração devida pelos



trabalhos contratados, não fazendo jus a nenhum reembolso ou ressarcimento de despesas por parte do contratante.

17.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer impreterivelmente até a o **20º dia do mês**, devendo ser precedida pelo recebimento provisório ou definitivo do serviço, conforme o caso.

17.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.6.1. O prazo de validade.

17.6.2. A data da emissão.

17.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

17.6.4. O período de prestação dos serviços.

17.6.5. O valor a pagar; e

17.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, conforme artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, para atividades como serviços de eletricitas, alvenaria, descarte ambiental e elaboração de laudos técnicos, desde que previamente autorizadas pelo CREMESP. Outras atividades poderão ser subcontratadas, desde que devidamente justificadas e aprovadas.

18.2. A CONTRATADA deverá submeter à fiscalização do CREMESP, com antecedência **mínima de 15 dias úteis** antes do início da execução da atividade subcontratada, um plano de subcontratação contendo:

- a. Identificação da empresa subcontratada (razão social, CNPJ, endereço).
- b. Descrição detalhada das atividades a serem subcontratadas, com justificativa técnica.
- c. Comprovação da capacidade técnica e idoneidade da subcontratada, incluindo atestados de execução de serviços similares e regularidade fiscal (SICAF).
- d. Cronograma específico para as atividades subcontratadas, compatível com o cronograma geral do contrato.



18.3. A CONTRATADA permanece integralmente responsável pela execução contratual, incluindo a qualidade, prazos e conformidade técnica das atividades subcontratadas, respondendo diretamente por quaisquer falhas ou danos causados pela subcontratada.

18.4. A aprovação do plano de subcontratação será formalizada por escrito pelo CREMESP **em até 10 dias úteis** após o recebimento, podendo ser condicionada a ajustes ou negada caso não atenda aos requisitos do contrato ou do projeto executivo.

18.5. O descumprimento das condições de subcontratação, incluindo a execução de atividades sem autorização prévia, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no *item 16 (Das Sanções Administrativas)*, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, em períodos sucessivos, desde que demonstrada a vantagem da prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A eventual prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, ficando condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, bem como ao atendimento do interesse público.

19.3. A prorrogação do prazo de vigência, quando cabível, será formalizada mediante termo aditivo, precedido da devida justificativa técnica e administrativa, nos termos da legislação vigente.

19.4. Nas hipóteses de prorrogação, os custos não renováveis, já pagos ou amortizados durante o período inicial de vigência, deverão ser obrigatoriamente reduzidos ou eliminados, como condição para a manutenção da contratação em novo período, observado o princípio da economicidade.

20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. Será admitida a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou por outra pessoa jurídica, desde que a sucessora comprove o atendimento integral aos requisitos de habilitação exigidos na licitação originária, sejam preservadas as demais cláusulas e condições contratuais, não haja prejuízo à adequada execução do objeto contratado e seja obtida a anuência expressa da Administração quanto à continuidade do contrato.

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado pelo Cremesp (**setembro/25**), desde que a vigência contratual assim o permita, e independentemente de solicitação da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

21.2. O reajuste será calculado com base no **INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção - M)**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0$$



Onde:

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor do item a ser reajustado

I^o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos da data do orçamento estimado pelo Cremesp

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

21.3. Caso o índice estabelecido para fins de reajustamento venha a ser extinto, suspenso ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

21.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Administração poderá definir novo índice oficial, mediante justificativa técnica, formalizando-se a alteração por meio de termo aditivo

21.5. O reajuste, quando devido, será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

22. DA GARANTIA

22.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**.

22.1.1 Nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, será exigida do licitante vencedor uma garantia adicional caso a proposta apresentada seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Tal garantia deverá ser correspondente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta vencedora, sem prejuízo das demais garantias legalmente exigíveis, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.2. Após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, a contratada terá o **prazo máximo de 1 (um) mês** para apresentar o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por **caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária**.

22.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de **multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato** por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.2.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o Cremesp a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

22.3. Independentemente da modalidade de garantia escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

22.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

22.3.2. Prejuízos diretos causados ao Cremesp decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

22.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Cremesp à contratada; e

22.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Cremesp, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, contendo subscrição de 2 (duas) testemunhas, firmas reconhecidas em Cartório de Notas de todos os signatários (inclusive das testemunhas), exceto aquelas apresentadas em forma eletrônica por certificação digital, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. O Cremesp executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Cremesp, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Cremesp com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12. A contratada autoriza o Cremesp a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.13.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Cremesp poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

a. do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

b. da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

23. DO FORO

23.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 25 de setembro de 2025

RAFAEL ANTÔNIO PENA
Chefe da Seção de Manutenção Geral



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

CPF:

CEP:

ESTADO:

TELEFONE:

1. Esta proposta é baseada nas condições estabelecidas no **Pregão nº 90003/2026**, conforme especificações constantes no **Anexo I - Projeto Básico**, cujo objeto é **a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento, instalação, integração, testes, comissionamento e assistência técnica de sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no edifício sede do CREMESP.**

1.1. O valor global da proposta, correspondente à plena execução do objeto, é de **R\$** _____ (_____), conforme registrado no campo próprio do sistema eletrônico de compras, englobando todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, seguros, despesas operacionais, BDI, lucro e demais elementos indispensáveis à execução contratual.

1.2. O valor global ofertado está integralmente vinculado e fundamentado no documento técnico-financeiro apresentado juntamente com esta proposta comercial, o qual contém os seguintes demonstrativos:

- a. Planilha Sintética Geral;
- b. Planilha Sintética – 2º ao 4º Pavimento;
- c. Planilha Sintética – 5º ao 7º Pavimento;
- d. Planilha Sintética – 8º ao 10º Pavimento;
- e. Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- f. Cronograma Físico-Financeiro.

2. Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de realização da licitação, e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivo Anexo.

3. Em virtude das regras da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados - LGPD), na qualidade de representante legal, **AUTORIZO** a divulgação dos meus dados pessoais na Plataforma de Compras Governamentais (Compras.gov.br), por ocasião da participação no pregão eletrônico ao qual esta proposta vincula-se.

3.1. Quanto aos dados pessoais que constarão no contrato/ata, no caso de êxito na licitação:

() autorizo a divulgação no Site do Cremesp (Portal da Transparência)

() **NÃO** autorizo a divulgação no Site do Cremesp (Portal da Transparência)



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

4. Declaramos estar cientes que:

4.1. Os valores indicados no contrato remuneram todos os elementos requeridos para o fornecimento do objeto, incluindo mão de obra, tributos incidentes e demais despesas, constituindo-se assim, a única remuneração devida pelos trabalhos contratados.

4.2. O pagamento dos serviços contratados será realizado até o 21º dia, via depósito bancário, após a apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal simplificada, documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – Danfe, fatura, fatura comercial e outros) pela CONTRATADA.

4.3. O Cremesp reterá dos valores faturados os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei Federal nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1.234 de 12/01/2012 e suas alterações, nas alíquotas constantes no Anexo I da referida Instrução Normativa.

5. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Código do Banco:

Agência:

Conta Corrente de Pessoa Jurídica:

6. PREPOSTO/RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE REPRESENTARÁ A EMPRESA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA:

NOME: _____

CPF: _____

(Local), _____, de _____ de 2025

(Assinatura, devidamente identificada)

**PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADA POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS
OU PROCURADOR(ES) DEVIDAMENTE HABILITADO(S)**

Rua Luís Coelho, nº 26

CEP: 01309-900 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3631-5242 / licitacao@cremesp.org.br

www.cremesp.org.br



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

ANEXO III
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0012/2026

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PARA A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE AR
CONDICIONADO CENTRAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE
SÃO PAULO – CREMESP E A EMPRESA
_____- CNPJ: _____.

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, autarquia federal, com sede na Rua Luis Coelho nº 26, Consolação, CEP: 01309-900 - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ do MF sob n.º 63.106.843/0001-97 e isento de Inscrição Estadual, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Dr. Angelo Vattimo**, nomeado pela 5204ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em 1º de outubro de 2023, por sua Diretora Primeira Secretária, **Dra. Irene Abramovich**, e por seu Diretor Primeiro Tesoureiro, **Dr. Pedro Sinkevicius Neto**; doravante denominado **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, sob o nº **90003/2026** e Processo Administrativo nº **0012/2026**, **RESOLVE** celebrar o presente contrato, baseado no valor da **Proposta Comercial ofertada pela empresa _____**, com sede à Rua _____, nº _____, bairro, (cidade) / (estado), inscrita no CNPJ sob nº _____, representada por seu (sócio(a), diretor(a)) , Sr.(a) _____, doravante designada **CONTRATADA**, sujeitando-se as partes às normas previstas no edital de licitação, bem como às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 9.507/2018 e na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, em conformidade com as disposições a seguir:

Este instrumento vincula-se ao seguintes documentos:

- I - Proposta da CONTRATADA, de **[data por extenso]**
- II – Edital de Pregão Eletrônico nº **90003/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento, instalação, integração, testes, comissionamento e assistência técnica de sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no edifício sede do CREMESP, contemplando todos os pavimentos, conforme projeto executivo anexo, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra especializada, adequações civis e elétricas necessárias, automação e controle centralizado do sistema, bem como a desativação e destinação ambientalmente adequada dos sistemas existentes, visando à modernização da infraestrutura, à melhoria da eficiência energética e à garantia de desempenho operacional e conforto ambiental.

Rua Luís Coelho, nº 26
CEP: 01309-900 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3631-5242 / licitacao@cremesp.org.br
www.cremesp.org.br



CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO, DA GESTÃO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES.

2.1. O regime de execução do objeto, compreendendo todos os seus detalhamentos técnicos, operacionais e funcionais, bem como as garantias aplicáveis, os modelos de gestão e de execução contratual, o local de execução, os prazos, as condições de conclusão, entrega, observação, verificação, aceitação e recebimento do objeto, encontram-se integralmente disciplinados no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, o qual integra o presente contrato para todos os fins de direito.

2.2. A subcontratação do objeto, total ou parcial, somente será admitida se expressamente autorizada e nos exatos limites, condições e hipóteses previstas no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, sendo vedada qualquer subcontratação não prevista ou realizada em desconformidade com o instrumento convocatório e com este contrato.

2.3. A fiscalização, o acompanhamento da execução contratual, os modelos de gestão do contrato e as atribuições do gestor e do fiscal obedecerão ao regramento estabelecido no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, bem como à legislação aplicável, especialmente à Lei nº 14.133/2021.

2.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará esta às sanções administrativas, às penalidades e aos procedimentos de apuração previstos no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, sem prejuízo da aplicação das disposições constantes neste contrato, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

2.5. Fica expressamente estabelecido que todas as condições técnicas, operacionais, administrativas, financeiras e sancionatórias aplicáveis à presente contratação deverão ser interpretadas e executadas em consonância com o disposto no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, o qual prevalecerá como instrumento de referência para a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O **valor** para a execução do presente contrato é de **R\$ [valor numérico] ([valor por extenso])**, conforme proposta comercial apresentada pela **Contratada**, a qual passa a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos legais.

3.2. As condições de pagamento, incluindo critérios, prazos, procedimentos, documentos exigidos, forma de medição ou comprovação da execução, bem como eventuais hipóteses de glosa, retenção ou suspensão de valores, observarão estritamente o disposto no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, não sendo admitida qualquer forma de pagamento diversa daquela ali prevista.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Os encargos e responsabilidades relativos à execução do objeto contratado encontram-se detalhadamente definidos no **Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Projeto Básico**, o qual integra o presente contrato para todos os fins.



4.2. Sem prejuízo das obrigações previstas no Projeto Básico e demais instrumentos que compõem este contrato, compete à CONTRATADA, ainda:

4.2.1 Obrigações administrativas, fiscais e contratuais:

- a. encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas relativas à execução do objeto contratado;
- b. assumir integral responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais ônus decorrentes da execução contratual;
- c. manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comunicando imediatamente à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo à sua manutenção.

4.2.2. Obrigações técnicas e operacionais:

- a. fornecer bens novos, em embalagem lacrada, devidamente instalados, acompanhados de garantia contra defeitos de fabricação;
- b. reportar imediatamente à CONTRATANTE qualquer falha ou inconsistência identificada na especificação dos bens fornecidos, propondo soluções tecnicamente adequadas;
- c. responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, aos esclarecimentos de ordem técnica solicitados pela CONTRATANTE;
- d. substituir, às suas expensas, os bens que apresentarem desconformidade com a proposta, com o contrato ou defeitos constatados pela fiscalização.

4.2.3. Responsabilidade civil e observância de normas internas:

- a. responder integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, a seus bens ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento por parte da CONTRATANTE;
- b. respeitar as normas internas de controle patrimonial e de circulação de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

4.2.4. Obrigações legais e sociais:

- a. cumprir, durante a vigência contratual, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado pela CONTRATANTE.
- b. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a extinção contratual, nos termos do artigo 137, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, assegurados à ampla defesa e o contraditório.

4.3. É expressamente vedado à CONTRATADA, durante a vigência deste contrato:

4.3.1. Veicular publicidade ou divulgar informações relacionadas ao contrato sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

4.3.2. Contratar, direta ou indiretamente, dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, bem como ocupante de cargo em comissão, ou ainda seu cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar: as normas previstas na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes; as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados; bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

5.2. Quando a CONTRATADA se caracterizar como operadora que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Cremesp, deve:

- a. Observar as instruções, por escrito, do Cremesp para a execução desse tratamento;
- b. Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Cremesp previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;
- c. Adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

5.3. Quando a CONTRATADA se caracterizar como controladora de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial a finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

5.4. A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

5.5. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve dotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

5.6. A CONTRATADA deve comunicar, na primeira oportunidade possível, ao Cremesp o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento, pelo Cremesp, da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018.

5.7. Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever da CONTRATADA eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando for o caso e nos seus estritos limites.

5.8. A CONTRATADA deve colocar à disposição do Cremesp, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

5.9. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Cremesp ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em face da fiscalização do Cremesp em seu acompanhamento.



CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, em períodos sucessivos, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação, com vistas à obtenção de preços e condições mais favoráveis, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A eventual prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, ficando condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, bem como ao atendimento do interesse público.

6.3. A prorrogação do prazo de vigência, quando cabível, será formalizada mediante termo aditivo, precedido da devida justificativa técnica e administrativa, nos termos da legislação vigente.

6.4. Nas hipóteses de prorrogação, os custos não renováveis, já pagos ou amortizados durante o período inicial de vigência, deverão ser obrigatoriamente reduzidos ou eliminados, como condição para a manutenção da contratação em novo período, observado o princípio da economicidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado pelo Cremesp (**outubro/25**), desde que a vigência contratual assim o permita, e independentemente de solicitação da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

7.2. O reajuste será calculado com base no **INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção - M)**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor do item a ser reajustado

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos da data do orçamento estimado pelo Cremesp

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.3. Caso o índice estabelecido para fins de reajustamento venha a ser extinto, suspenso ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Administração poderá definir novo índice oficial, mediante justificativa técnica, formalizando-se a alteração por meio de termo aditivo

7.5. O reajuste, quando devido, será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. Será admitida a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou por outra pessoa jurídica, desde que a sucessora comprove o atendimento integral aos requisitos de habilitação exigidos na licitação originária, sejam preservadas as demais cláusulas e condições contratuais, não haja prejuízo



à adequada execução do objeto contratado e seja obtida a anuência expressa da Administração quanto à continuidade do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas mediante celebração de termo aditivo, previamente submetido à apreciação da Procuradoria Jurídica do Cremesp, ressalvados os casos de comprovada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Os registros que não caracterizem alteração do contrato poderão ser realizados por meio de simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O **contrato** será extinto automaticamente com o término do prazo de vigência nele estipulado, independentemente do cumprimento integral das obrigações pelas partes.

10.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente, sem ônus para o Cremesp, quando a Administração entender que sua manutenção não mais atende ao interesse público.

10.2.1. Caso a comunicação de que trata o subitem anterior ocorra em prazo inferior a 2 (dois) meses da data de aniversário do contrato, a extinção produzirá efeitos somente após o transcurso desse período, contado da data da notificação.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou do término de sua vigência, por qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Na hipótese de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA não ensejará, por si só, a extinção do contrato, desde que não prejudique sua capacidade de execução.

10.5.1. Caso a operação societária implique alteração da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para a correspondente alteração subjetiva.

10.6. Sempre que possível, o termo de extinção será precedido de:

10.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.6.2. Relação dos pagamentos efetuados e dos ainda devidos;

10.6.3. Apuração de eventuais indenizações e multas.



10.7. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será devida indenização, a ser formalizada por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. O contrato poderá ser extinto caso seja constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que tenha atuado na licitação ou na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o exercício de 2026, na seguinte classificação: **Projeto 15.019 - automação do sistema de ar condicionado, referente à Conta Contábil nº 6.2.2.1.2.44.90.51.003 – INSTALAÇÕES SEDE**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo **Cremesp**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021; demais normas federais aplicáveis; e, subsidiariamente, da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos princípios gerais que regem os contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao **Cremesp** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste **contrato** que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Paulo, ____ de _____ de 202X

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. Angelo Vattimo
Diretor Presidente

Dra. Irene Abramovich
Diretora Primeira Secretária



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

Dr. Pedro Sinkevicius Neto
Diretor Primeiro Tesoureiro

Rafael Antonio Pena
Chefe da Seção Manutenção Geral
Gestor

Roberto Germano Sanchez
Assessor da Diretoria da Seção de Manutenção
Geral
Fiscal

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

ANEXO IV **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

O **Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP**, por meio da **Seção de Manutenção Geral**, declara que a empresa **[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob nº **[CNPJ]**, realizou **vistoria técnica presencial** nas dependências do edifício sede, localizado na **Rua Frei Caneca, nº 1282, Consolação, São Paulo/SP**, referente ao objeto da licitação destinada à contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia relativos ao sistema de climatização.

A vistoria foi realizada em **xx/xx/2026**, no período de **__:**__ às **__:**__, acompanhada por servidor designado pelo CREMESP, tendo o representante técnico da empresa:

1. Visitado as áreas de intervenção previstas no Projeto Executivo;
2. Tomado conhecimento das condições físicas, estruturais, elétricas, hidráulicas e operacionais do edifício;
3. Avaliado as interferências existentes, limitações de acesso, condições de funcionamento contínuo do prédio e demais aspectos relevantes à execução dos serviços.

Declara-se, para todos os fins, que a empresa vistoriadora **teve pleno acesso às informações e às condições locais**, sendo-lhe assegurada a oportunidade de esclarecer dúvidas técnicas pertinentes ao objeto.

Ressalta-se que a realização da vistoria **afasta qualquer alegação futura de desconhecimento** das condições do local, não podendo a empresa invocar tal fundamento para pleitear alterações de prazo, preço ou condições contratuais.

Local e data: _____

Nome do Servidor Responsável

Cargo/Função: _____

Seção de Manutenção Geral – CREMESP



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0012/2026
Fls.
Servidor:

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL E DAS PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por intermédio de seu responsável técnico abaixo identificado, para fins de participação no processo licitatório promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia relativos ao sistema de climatização do edifício sede, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1** - O responsável técnico signatário possui pleno e inequívoco conhecimento das condições e peculiaridades do local onde os serviços serão executados, situado na Rua Frei Caneca, nº 1282, Consolação, São Paulo/SP.
- 2** - Teve acesso e compreendeu integralmente os elementos técnicos do objeto, incluindo o Projeto Executivo, memoriais, especificações, cronograma, condições de execução, interferências existentes, limitações operacionais do edifício em funcionamento e demais fatores que possam influenciar direta ou indiretamente a execução dos serviços.
- 3** - Reconhece que todas as informações necessárias à adequada formulação da proposta foram devidamente analisadas, sendo a proposta apresentada compatível, exequível e suficiente para a execução integral do objeto.
- 4** - Assume inteira responsabilidade técnica, operacional e financeira pela elaboração da proposta e pela futura execução contratual, renunciando expressamente ao direito de alegar, em qualquer tempo, desconhecimento das condições locais, das características do objeto ou de quaisquer circunstâncias que possam impactar custos, prazos ou métodos executivos.
- 5** - Tem ciência de que a apresentação desta declaração substitui a vistoria técnica presencial, para todos os efeitos legais, não podendo ser utilizada como fundamento para:
 - a.** Solicitação de prorrogação de prazos;
 - b.** Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
 - c.** Alteração de preços ou condições contratuais;
 - d.** Apresentação de reclamações posteriores relacionadas às condições de execução.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Local e data: _____

Nome do Responsável Técnico

CREA nº _____

Cargo/Função: _____

Rua Luís Coelho, nº 26

CEP: 01309-900 - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3631-5242 / licitacao@cremesp.org.br

www.cremesp.org.br